

Justiça exige o fim das invasões

Ministério Público move 600 ações e pressiona GDF a solucionar ocupação de área pública pelo comércio

SAMANTA SALLUM

Mais uma vez o Ministério Público encosta o Governo do Distrito Federal contra a parede, exigindo que seja resolvido o problema das ocupações irregulares de área pública. Agora a briga é contra a invasão de comerciantes. A Procuradoria da República e a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Público solicitaram à Justiça mais de 400 demolições de estabelecimentos que invadiram área nos comércios locais do Plano Piloto. E, essa semana, o MP entra com mais 200 ações com o mesmo objetivo.

Nos processos, além da derrubada imediata das construções comerciais em áreas invadidas, também é exigido que os comerciantes paguem uma indenização pelo período em que ocuparam de forma indevida os espaços públicos. As ações estão em fase de julgamento e, se a Justiça acatar o pedido do MP, vai haver uma demolição em massa. E será o GDF que terá de executá-la.

Omissão — Se o governo não cumprir a determinação, alguns de seus representantes, como o administrador regional de Brasília, poderão ser processados por crime de responsabilidade. Nos processos, o MP também denuncia por GDF de omissão ao permitir as ocupações irregulares.

Com essas ações, o Ministério Público, mais uma vez, faz uma forte pressão para que o governo tome uma atitude mais ostensiva para coibir as ocupações irregulares que se espalham por todo o DF. A estratégia é desencadear o mesmo desgastante processo que forçou o GDF a

dar uma solução para a Feira do Paraguai.

A invasão das áreas nas entrequadras comerciais fere principalmente a portaria 314/92 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de tombamento do Plano Piloto. Para a procurador da República Antonio Carlos Bigonha, não tem mais conversa. Segundo ele, todas os meios para um entendimento com os comerciantes e com o GDF já foram esgotados.

"Estão violando a área pública e área de tombamento do Plano Piloto. Não podemos mais permitir a degradação do bem público. Já sentamos para tentar um acordo, mas os comerciantes querem insistir na ilegalidade", diz o procurador.

Pânico — A Associação Comercial de Distrito Federal entrou em pânico com a enxurrada de ações do Ministério Público. A entidade já mobilizou seus associados para lutar contra a derrubada dos estabelecimentos. A preocupação aumentou ainda mais depois que o bar Public House, na 204 Norte, sofreu uma demolição, na semana passada. O proprietário perdeu 70% do estabelecimento porque estava ocupando área pública.

Hoje os comerciantes farão um apelo ao governador Cristovam Buarque, que visitará a Associação Comercial. Eles querem que o GDF os ajude a resolver o problema. O secretário geral da ACDF, Hermany Oliveira Xavier, adianta a estratégia para manter intactos os estabelecimentos que avançaram seus terrenos. "Vamos sensibilizar a população, o governo e a nossa bancada no Congresso Nacional para mudar a legislação federal que nos impede de utilizar os espaços", diz ele.

Luiz Marcos



Mais de 1.500 estabelecimentos comerciais do Plano Piloto estão na mira da Promotoria, que cobra as demolições e pagamento de indenização